

EDITORIAL

É com alegria que trazemos a público o segundo número da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Publicar sistematicamente uma revista exige um esforço coletivo contínuo e disciplinado que em nada se parece com o entusiasmo presente no momento em que se inicia um projeto editorial. Assim, o segundo número traz consigo o alegre sabor do que se consolida, do que deixa de ser promessa para constituir um fato, publicação que se fortalece para ocupar um lugar específico em relação ao público a que se destina.

Temos ainda, diante de nós, o desafio de torná-la cada vez mais sólida. A Comissão Editorial, originalmente reunida como um Grupo de Trabalho designado pela Diretoria da Anpur para formular o projeto editorial da Revista, acumulou neste número, além das funções executivas que lhe competem, aquelas próprias de um Conselho Editorial. Está sendo ultimada a formação do Conselho mais amplo e permanente, constituído mediante indicação institucional de nomes, em resposta à consulta realizada pela Diretoria da Anpur com todas as instituições que a integram. Aos poucos vamos construindo a nossa Revista, à feição da comunidade que lhe deu origem.

Os artigos publicados neste número refletem, como o leitor poderá facilmente constatar, a pluralidade e a abrangência do projeto editorial da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, que abriga necessariamente questões trabalhadas pelas diversas disciplinas que tratam da temática urbana e regional, cada uma delas dando o foco que lhe é próprio. Aqui estão presentes artigos de autores brasileiros e estrangeiros, ordenados por temas mais abrangentes para temas mais localizados.

A análise de Tânia Bacelar de Araújo registra que a opção de inserção do País na economia globalizada tem-se dado de forma diferenciada, segundo as diversas macrorregiões brasileiras, ampliando as desigualdades entre elas e entre os subespaços que as conformam. É exatamente nesse contexto que emergem identidades regionais capazes de promover a integração de espaços deixados à margem do movimento mais geral e seletivo da inserção global dos focos dinâmicos. Tais movimentos surgem diante das escolhas estratégicas do governo federal, a quem caberia evitar a fragmentação do território nacional por meio de uma política de desenvolvimento regional.

Impulsionados pela polêmica gerada por solicitação da empresa Carrefour para se instalar em Porto Alegre, José Luis Coraggio e Ruben Cesar abordam os impactos negativos dos grandes empreendimentos comerciais sobre o comércio de médio e pequeno porte. Destacam que, ao captarem mercados locais, reorganizam os sistemas de abastecimento e de produção de bens de consumo e impõem transformações importantes ao tecido urbano. Enfatizam, ainda, que uma ampla aliança local seria capaz de pôr limites aos projetos do capital comercial monopolista que esses empreendimentos refletem.

Sergio Boisier especula sobre a hipótese de haver uma incoerência lógica nos modelos de planejamento territorial, a qual aparece no momento em que

se dimensionam as variáveis independentes e dependentes desse processo ou, dito de outro modo, na medida em que se trata com elementos quantitativos o fenômeno do desenvolvimento — qualitativo por definição. Apoiado no conceito de capital sinérgico, o autor traz para a discussão uma dimensão ainda não devidamente explorada pelo planejamento urbano: a dimensão subjetiva, não-material, do ato de planejar.

O artigo de Heloisa Soares de Moura Costa analisa a idéia de desenvolvimento sustentável, apontando as imprecisões de um conceito que, embora amplamente utilizado, traz consigo conflitos teóricos de difícil conciliação. Após uma primeira parte eminentemente reflexiva, a autora examina algumas propostas recentes — nacionais e internacionais — de planejamento, que foram desenvolvidas tendo como referência a sustentabilidade urbana.

O texto de Raquel Rolnik, baseado numa pesquisa sobre o impacto de instrumentos urbanísticos em 220 cidades paulistas, elabora o conceito de exclusão territorial. Com base nele, propõe a hipótese de que esse modo de exclusão está na base de diversos outros ao tornar as pessoas especialmente vulneráveis, dificultando-lhes o processo de conquista de direitos e de exercício da cidadania.

Virgínia Pontual discute o lugar do saber urbanístico com base nas propostas de intervenção para as cidades na primeira metade deste século. Para tanto, faz uma análise comparativa dos diversos planos elaborados para o Recife, especificamente aqueles produzidos entre os anos 30 e 50. Mostra, também, a influência das idéias do Padre Lebrez difundidas pelo Movimento Economia e Humanismo, do qual participou o urbanista pernambucano Antônio Baltar. Chama a atenção para a atualidade e a pertinência dos preceitos anunciados por aquele movimento quando se considera que foram elaborados nos já distantes anos 50.

Este número contém, ainda, as resenhas de Rainer Randolph sobre *Sociedade em rede*, de Manuel Castells, e de Wilson Edson Jorge sobre *O Urbanismo no Brasil — 1895-1965*, pesquisa de muitos autores abrangendo oito cidades brasileiras, coordenada por Maria Cristina Leme.

Registramos, finalmente, nossos agradecimentos à Finep e ao Lincoln Institute of Land Policy, instituições que têm sido parceiras constantes da Anpur. As suas políticas de incentivo à divulgação científica possibilitaram a publicação dos primeiros dois números da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*.

NORMA LACERDA
Editora Responsável

LÚCIA LEITÃO
Editora Adjunta